



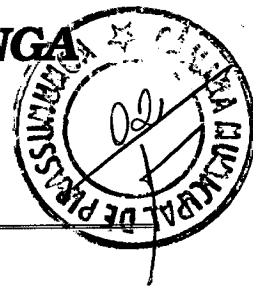
CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 3655

PROJETO DE LEI Nº 71/2008

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, a objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga”.....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a **Associação Sudeste de Triathlon**, com sede à Rua Thomaz Antonio Gonzaga, nº 385, Arnold Schimith, São Carlos - SP, inscrita no CNPJ sob nº 07.425.347/0001-25, para transferência de recursos, no presente exercício, na ordem de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Esportes, rubrica 11.01 27.812.3007.2330-33.90.39.00, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 29 de julho de 2008.

Nelson Pagoti
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- PROJETO DE LEI Nº 71/2008 -

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, a objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga".....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a **Associação Sudeste de Triathlon**, com sede à Rua Thomaz Antonio Gonzaga, nº 385, Arnold Schimith, São Carlos - SP, inscrita no CNPJ sob nº 07.425.347/0001-25, para transferência de recursos, no presente exercício, na ordem de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Esportes, rubrica 11.01 27.812.3007.2330-33.90.39.00, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

Pirassununga, 16 de junho de 2008.

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

A Comissão de Justiça, Legislação e Redação,
para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 16 de 06 de 2008


Presidente

Aprovada em 1ª discussão.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 28 de 07 de 2008


Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e Lavoura,
para dar parecer.

Sala das Sessões da C. M. de

Pirassununga, 16 de 06 de 2008


Presidente

Aprovada em 2ª discussão.

À redação final.

Sala das Sessões da C. M. de

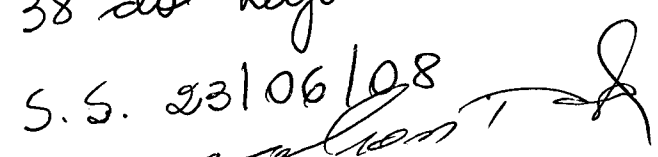
Pirassununga, 28 de 07 de 2008


Presidente

A Comissão de Educação, Saúde Pública e
Assistência Social, para dar parecer.

Sala de Sessões, 16 de 06 de 2008


(Presidente)

Retirado na forma do Artigo
38 do Regimento Interno.
S.S. 23/06/08


Retirado por falta de parecer da
Comissão de Educação, Saúde Pública
e Assistência Social, exceto assinatura
Vereador Wallace Ananias de Freitas Bruno
S.S. Pirassununga, 22/07/2008.

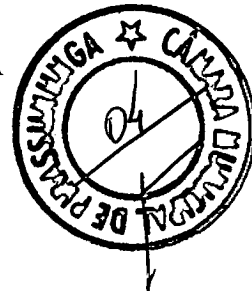




PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



“ J U S T I F I C A T I V A ”

Excelentíssimo Presidente:
Excelentíssimos Vereadores:

O Projeto de Lei que ora encaminhamos para apreciação dos nobres Vereadores que constituem essa Casa de Leis *visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga.*

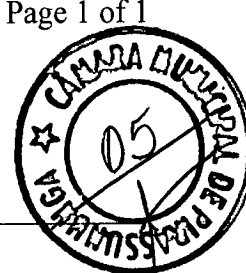
Inicialmente cumpre-nos fazer um breve relato a respeito do triatlo. É uma modalidade que combina, de forma seqüencial e sem interrupção, provas de natação, ciclismo e corrida. Esta modalidade esportiva surgiu na década de 1970, na cidade de San Diego (sul do Estado da Califórnia – EUA). Em 1978, foi organizada a primeira competição de grande porte de triatlo no estado norte-americano do Havai. No Brasil o esporte foi disseminado na década de 1980 e a primeira prova foi realizada no Rio de Janeiro. Tornou-se um esporte olímpico no ano de 2000, durante os jogos olímpicos de Sydney (Austrália).

A Associação que a Municipalidade pretende-se conveniar, filiada à Federação Paulista de Triathlon, desenvolve projeto voltado às crianças, cujos principais objetivos são educar e socializar as crianças através do esporte; promover a integração e inserção social; afastar as crianças da criminalidade e das drogas; ensinar os valores éticos e morais da cidadania através do esporte; e, principalmente difundir a prática do triatlo no município.

Por todo o exposto e o incontestável interesse social que reveste a matéria, contamos com o beneplácito dos nobres Vereadores e encarecemos que para sua tramitação seja observado regime de urgência de que trata o Artigo 36 da Lei Orgânica do Município.

Pirassununga, 16 de junho de 2008.

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 07.425.347/0001-25	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 03/06/2005
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO SUDESTE DE TRIATLHON			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 93.19-1-01 - Produção e promoção de eventos esportivos			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO			
LOGRADOURO R THOMAZ ANTONIO GONZAGA	NÚMERO 385	COMPLEMENTO	
CEP 13.566-583	BAIRRO/DISTRITO ARNOLD SCHIMITH	MUNICÍPIO SAO CARLOS	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/06/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.

Emitido no dia **16/06/08** às **08:36:52** (data e hora de Brasília).[Voltar](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br



PARECER Nº

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 71/2008*, de autoria do Executivo Municipal, que visa *autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga*, nada tem a opor quanto seu aspecto legal e constitucional.

Sala das Comissões,


Marcia Cristina Zanoni Couto
Presidente

22 JUL 2008


Cristina Aparecida Batista
Relatora

28 JUL 2008


Valdir Rosa
Membro

23 JUN 2008

Cmp/asdb.a.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

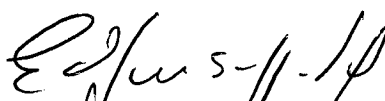


PARECER N°

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA

Esta Comissão, examinando o *Projeto de Lei nº 71/2008*, de autoria do Executivo Municipal, que visa *autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga*, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro.

Sala das Comissões,


Dr. Edgar Saggioratto
Presidente

23 JUN 2008


Juliano Marquezelli
Relator

28 JUL 2008


Natal Furlan
Membro

22 JUL 2008



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: legislativo@camarapirassununga.sp.gov.br

Site: www.camarapirassununga.sp.gov.br

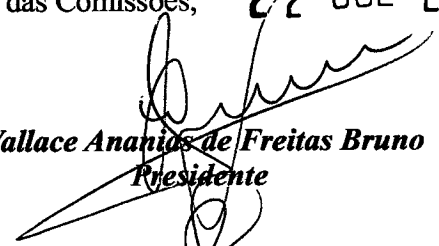


PARECER Nº

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Esta Comissão, examinando o **Projeto de Lei nº 71/2008**, de autoria do Executivo Municipal, que visa **autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga**, nada tem a objetar quanto seu aspecto educacional.

Sala das Comissões, **22 JUL 2008**


Wallace Ananias de Freitas Bruno
Presidente


José Arantes da Silva
Relator

28 JUL 2008


Cristina Aparecida Batista
Membro

28 JUL 2008

Cmp/asd/ba.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 - Fone/Fax: (19) 561.2811
Estado de São Paulo



ENCAMINHE-SE AO SENHOR
PREFEITO MUNICIPAL

COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Sala das Sessões, 23/06/08

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N. 71/2008

AUTORIA: Executivo Municipal

ASSUNTO: “Visa autorizar a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triatlon”

Esta Comissão, analisando os termos do Projeto de Lei n. 71/08, de autoria do Executivo Municipal, que Visa celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triatlon”, vem manifestar-se favorável à propositura, em razão da plausibilidade (art. 166 da LOM), devendo o Executivo por ocasião do repasse atentar para o disposto no artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os incisos I, e II do artigo 213 da Constituição Federal.

Na verdade, o repasse de verbas deve obedecer de forma concomitante a observância de condições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além da ocorrência de previsão orçamentária, ou em créditos adicionais.

Além disso, deve ocorrer a devida habilitação das entidades, para a possibilidade de fiscalização, no tocante à aplicação dos recursos destinados.

Como se verifica, o valor de convênio e repasse embora pequeno, será repassado para entidade sediada em São Carlos(SP), não trazendo o Projeto de Lei, elementos suficientes(minuta de convênio, onde conste as obrigações, constituição da entidade, diretoria e outros) de extrema importância para a análise dessa Casa.

Portanto, nos termos do artigo 38 do Regimento Interno, esta Comissão, requer seja convertido em Pedido de Informações, ao Executivo, para que venham as informações necessárias.

Sala das Comissões, 16 de junho, 2008.

Márcia Cristina Zanoni Couto
Presidente

Cristina Aparecida Batista
Relatora

SEM ASSINATURA
Valdir Rosa
membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811
Estado de São Paulo

E-mail: legislatura@camara.municipal.pirassununga.sp.gov.br

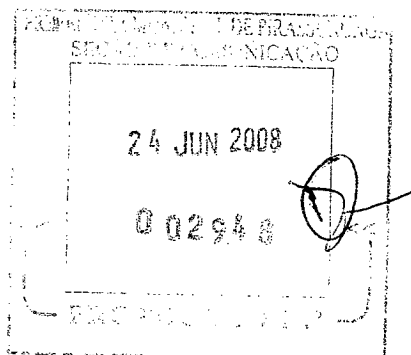
Site: www.camara.municipal.pirassununga.sp.gov.br



Of. n° 0750/2008-SG

Pirassununga, 24 de junho de 2.008.

Senhor Prefeito,



Encaminho a Vossa Excelência em anexo, para as providências pertinentes, cópia do Parecer da Comissão de Justiça, Legislação e Redação ao Projeto de Lei n° 71/2008, de autoria do Executivo Municipal, que *visa autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga, que foi convertido em Pedido de Informações*, na forma do artigo 38 do Regimento Interno, em sessão ordinária desta Casa de Leis, realizada dia 23 de junho de 2008.

No ensejo, renovo os altaneiros votos de estima e consideração.


Nelson Pagoti
Presidente

Excelentíssimo Senhor
ADEMIR ALVES LINDO
Prefeitura Municipal de Pirassununga
NESTA
asdba./



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Pirassununga, 14 de Julho de 2008.

Of. nº 33/08 - PGM

Ref. Pedido de Informações da Comissão de Justiça. Legislação e Redação

Projeto de Lei nº 71/08

*À disposição da Comissão de Justiça,
Legislação e Redação e demais Edições.
Poras, 16/07/2008.*

Exmo. Presidente

Nelson Pagoti
Presidente

Em atenção ao Pedido de Informações em comento, segue em anexo a minuta do Convênio que pretende-se firmar com a Associação Sudeste de Triathlon (minuta esta sujeita a ajustes), sendo que em seu Anexo Único consta também o Plano de Trabalho a ser desenvolvido.

Esclarecemos, por oportuno, que indigitado Convênio terá de ser celebrado com entidade de fora de Pirassununga, porquanto, em nosso Município não existe associação representativa de tal modalidade esportiva, inobstante existam vários praticantes informais, bem como, bastante procura acerca de aulas desse esporte.

Segue também em anexo cópia do Estatuto Social da Associação Sudeste de Triathlon – ASTRI, bem

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



como, da Ata de sua Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26.03.08, de teor auto-explicativo.

Esperando haver atendido a contento ao solicitado por essa Egrégia Câmara, aproveitamos a oportunidade para firmar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

RODRIGO FRANCO DE TOLEDO

OAB/SP 139.415

Procurador do Município

Exmo. Sr.

NELSON PAGOTI

DD. Presidente da Câmara Municipal de Pirassununga



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PROTOCOLO ADMINISTRATIVO Nº 0266/2008

CONVÊNIO N.º 004/2008

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal n.º ____ de ____ de 2.008..

MINUTA DE TERMO DE CONVENIO

Termo de Convênio que entre si celebram o
MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA e a
ASSOCIAÇÃO SUDESTE DE TRIATHLON,
objetivando parceria para implementação do Projeto
DAMHA Triathlon KIDS/ Escolinha de Triathlon de
Pirassununga, conforme Lei Municipal nº ____ de
____ de 2.008.

O MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA, inscrito no CNPJ 45.731.650/0001-45, com sede à Rua Galício Del Nero, nº 51, centro neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **ADEMIR ALVES LINDO**, brasileiro, casado portador do RG. nº 11.707.894-3-SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 016.192.378-06, domiciliado nesta cidade, onde reside na Rua Roberto Demétrio Zema, nº 2844, Jardim Carlos Gomes, denominada simplesmente de **CONCEDENTE**, e de outro **ASSOCIAÇÃO SUDESTE DE TRIATHLON - ASTRI**, inscrita no CNPJ sob nº 07.425.347/0001-25 com sede na Avenida São Carlos, nº 2505 - Centro na cidade de São Carlos/SP, neste ato representado pelo seu Presidente **ANTONIO CARLOS MOREIRA DO AMARAL**, (Qualificação), doravante designada simplesmente **CONVENENTE**, celebram o presente convênio que se regerá pela Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 8883, de 08/06/94, e Lei Municipal n.º ____ de ____ de ____ de 2.008 mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1 - Constitui objeto deste convênio à parceria entre as Partes acima qualificadas, para a transferência de recursos financeiros para implementação do Projeto DAMHA Triathlon KIDS/ Escolinha de Triathlon de Pirassununga e de acordo com o resumo do Plano de Trabalho em Anexo, que integram este instrumento independentemente de sua transcrição total, conforme artigo ____ da Lei Municipal nº ____ de ____ de ____ de 2.008.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



2.1 – Examinar e aprovar as prestações de contas referentes à aplicação dos recursos alocados, sem prejuízo da realização de auditorias internas e externas.

2.2 – Apoiar e prestar orientação técnica a Conveniente;

2.3 – Acompanhar e fiscalizar a execução do convênio, diretamente através de funcionário destacado pela Secretaria Municipal de Esportes.

2.4 – Repassar a Conveniente o recurso financeiro previsto na cláusula quinta.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

3.1 – Utilizar os recursos deste instrumento exclusivamente na execução do seu objeto;

3.2 – Cumprir integralmente o Plano de Trabalho aprovado pela Concedente,

3.3 – Restituir eventuais saldos dos recursos transferidos e os de rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro;

3.4 – Manter e movimentar os recurso recebidos da Concedente, em conta única e específica, junto ao XXXXXX, conta corrente nº XXXXXXXX – agência XXXXX, sendo contabilizado e prestado contas mensalmente;

3.5 – Encaminhar, de acordo com o cronograma e os procedimentos definidos pela Concedente, os documentos necessários à liberação de recursos;

3.6 – Manter a disposição da Concedente e dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação ou tomada de contas final por parte do órgão do Município, os documentos comprobatórios e registro contábeis das despesas realizadas com o número do Convênio;

3.7 – Restituir à Concedente o saldo eventualmente existente na data de encerramento, denúncia ou rescisão do Convênio;

3.8 – Restituir à Concedente o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos, nos seguintes casos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



- a) – Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final;
- b) – Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio;
- c) Efetuar, em nome da Concedente, o recolhimento dos saldos ou a devolução de valores porventura não utilizados, juntados à respectiva prestação de contas, uma cópia do comprovante de recolhimento, com indicação do número do termo de convênio;
- d) – Permitir o livre acesso do Município ao Projeto, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- e) – Proporcionar todas as informações que a Concedente solicite sobre o Programa, sua situação financeira e documentos de licitação quando houver;
- f) – Realizar licitação, dispensa ou inexigibilidade de contratação, serviços e aquisição de bens;

**CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA**

4.1 – A vigência deste Convênio será de **XXXXXXXXXXXXXX até 31 de dezembro de 2.008**, podendo ser alterado, inclusive para ter seu prazo de vigência prorrogado, mediante termo aditivo, por mútuo entendimento dos partícipes, com a devida justificativa no exercício, se a solicitação for apresentada no prazo mínimo de 30 (trinta) dias da data estabelecida para o seu término e desde que seja aceita pela Concedente;

4.2 – O Plano de Trabalho poderá excepcionalmente, ser reformulado quanto aos prazos ou à sua programação de execução, desde que não haja mudança do objeto ou alteração de metas e a solicitação da Conveniente, com a devida justificativa, apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias antes da data estabelecida para o término de sua execução, devendo ser previamente apreciado pela Secretaria Municipal de Esportes de Pirassununga e, se aprovado pela autoridade competente, incorporado ao Termo de Convênio mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA
DO VALOR**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



5.1 - O valor deste Termo é de **R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais** contemplando todos os projetos constantes no Plano de Trabalho, limitado ao montante total de **R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)**, por ano. As despesas deste termo estão devidamente reguladas pela fonte de recursos da Prefeitura Municipal de Pirassununga até o limite no exercício de **R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) na seguinte dotação orçamentária: 11.01.27.812.3007.2330 33.90.39.00 - Secretaria Municipal de Esportes.**

CLÁUSULA SEXTA DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - A liberação dos recursos financeiros relativos às parcelas dar-se-á nos prazos previstos no Cronograma de Desembolso e Plano de Trabalho em anexo.

6.2 - Como condição prévia ao desembolso de recursos das parcelas subseqüentes, o Conveniente apresentará à Concedente:

- a) relação de pessoas autorizadas a solicitar desembolsos;
- b) Prestação de contas parcial, que deverá ser entregue à Prefeitura Municipal de Pirassununga, 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela que está se prestando contas.

6.3 - Os recursos das parcelas subseqüentes serão liberados desde que a Conveniente comprove o efetivo gasto, por projeto e mediante extrato bancário, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos liberados na parcela anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas dos recursos consignados ao Convênio, nos termos da legislação vigente, será feita da seguinte forma:

7.2 - A prestação de contas mensal deverá ser apresentada ao Município até o primeiro dia útil do mês subseqüente, por meio de relatório que comprove que os recursos financeiros recebidos foram aplicados no desenvolvimento de programas e projetos afetos ao objeto deste convênio.

7.3 - A prestação de contas anual deverá ser apresentada até 31 de janeiro do exercício subseqüente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, sob pena de ficar impedida de receber quaisquer outros recursos financeiros por parte do Município, composto dos seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



7.4 – Fica a Conveniente responsável perante a Concedente, a apresentar prestação de contas parcial e final, na forma e nos prazos descritos nesta Cláusula, e composta dos seguintes documentos:

- a) - Encaminhamento de Prestação de Contas;
- b) - Conciliação Bancária;
- c) - Demonstrativo da Execução da receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferências, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;
- d) - Relação de Pagamentos;
- e) - Relatório de execução Físico-Financeiro;
- f) - Relação de aquisição de Bens;
- g) - Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, à conta indicada pela Conveniente, para Prestação de Contas Final;
- h) - Cópia do Termo de Convênio, com Plano de Trabalho dos Projetos, para prestação de contas final;
- i) - Extrato Bancário;

7.5 – A prestação de contas final deverá ser encaminhada a Conveniente, até 30 (trinta) dias após o prazo de vigência do Termo de Convênio.

7.6 – Não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior à vigência do termo, devendo os documentos comprobatórios conter, além do nome do órgão ou entidade Conveniente, o número do referido Termo.

CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO E DA DENUNCIA

8.1 – Este Termo poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

8.2 – Constitui motivo para rescisão deste Termo o inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



- a) – utilização dos recursos em desacordo com o seu objeto;
- b) – falta de apresentação dos relatórios de execução e de prestação de contas nos prazos estabelecidos;
- c) – retardamento de início da execução do Termo por mais de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento dos recursos financeiros.

8.3 – Este Termo poderá ser rescindido, a critério da Concedente, por motivo de interesse público, caso a Conveniente sofra alguma restrição futura.

CLÁUSULA NONA DA RESPONSABILIDADE

9.1 – A ausência de prestação de contas, no prazo e formas estabelecidos, ou a prática de irregularidades na aplicação dos recursos, sujeita a Conveniente à instauração de Tomada de Contas especial, para ressarcimento de valores, além de responsabilidade na esfera civil, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA DA PUBLICIDADE

10.1 – A publicidade dos atos praticados em função deste Termo deverá restringir-se ao caráter educativo, informativo ou de orientação social, de cunho institucional e não podendo dela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, observados ainda as restrições inerentes ao período eleitoral.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Fica assegurado ao Conveniente o direito de propriedade, mediante Termo próprio dos bens adquiridos e remanescentes, produzidos ou construídos à conta deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO DIREITO À PROPRIEDADE

12.1 – Fica assegurado à Concedente o direito à propriedade intelectual ou industrial, mediante Termo próprio a ser estabelecido ao final da execução do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



projeto, referente ao produto que vier a ser patenteado, produzido ou construído à conta dos recursos deste Termo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
DA PUBLICAÇÃO**

13.1 - Este termo será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município, correndo as despesas por conta do Concedente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO FORO**

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Pirassununga para dirimir os possíveis litígios decorrentes deste Convênio e que não forem solucionados administrativamente.

E por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de convênio em 06 (seis) vias iguais teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Pirassununga, de de 2008.

ADEMIR ALVES LINDO
Prefeito Municipal

ANTONIO CARLOS MOREIRA DO AMARAL
p/ ASSOCIAÇÃO SUDESTE DE TRIATLHON

Testemunhas:

PAULO H. TUCKMANTEL DIAS
RG nº 9.486.634-X SSP/SP

DANIELLE C DE O FERNANDES
RG. nº 30.447.130-6 - SSP/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



**TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO
REPASSE AO TERCEIRO SETOR**

Órgão Concessor: Município de Pirassununga
Órgão Beneficiário: ASSOCIAÇÃO SUDESTE DE TRIATLHON

Tipo de Concessão: Convênio

Valor do Convênio de até: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

Exercício: 2008

Advogado(s): Município: Dr. Rodrigo Franco de Toledo – OAB/SP 139.415; Dr. Valter Tadeu Camargo de Castro – OAB/SP 83.082; Dr. Thiago Antonio Sumeira – OAB/SP – 225.362; Dra. Bruna Raquel Ribeiro Panchorra – OAB/SP 227.782 e Dr. Caio Vinicius Peres e Silva – OAB/SP 214.257.

Na qualidade de Concessor e Beneficiário, respectivamente, dos recursos acima identificados, e cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até o julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos de nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais o que couber.

Outrossim, declaramos estarmos cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Pirassununga, _____ de _____ de 2008.

ADEMIR ALVES LINDO
Prefeito Municipal

ANTONIO CARLOS MOREIRA DO AMARAL
p/ ASSOCIAÇÃO SUDESTE DE TRIATLHON



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PROTOCOLO ADMINISTRATIVO N.º 0266/2008

CONVÊNIO N.º 004/2008

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal n.º ____ de ____ de 2.008..

ANEXO

PLANO DE TRABALHO

OBJETIVOS:

Satisfazer as necessidades de diversão, movimento e integração das crianças do município de Pirassununga, visando ampliar, da esfera esportiva à social, os princípios fundamentais do esporte através da contribuição no desenvolvimento integral e na construção de valores éticos e morais dos participantes, no esporte denominado de TRIATHLON.

METODOLOGIA:

Participarão cerca de 35 a 40 crianças, meninos e meninas a partir dos 10 anos de idade, do município de Pirassununga/SP.

As aulas e suas atividades serão ministradas por professor credenciado pela entidade, nas estruturas do Complexo Esportivo Municipal "Presidente Médici", com aulas de duração de 01 (uma) hora cada.

Participarão qualquer criança que tenha interesse em praticar a modalidade, respeitando as regras de uso do Complexo Esportivo Municipal "Presidente Médici", com autorização dos pais, exames médicos e o número de vagas.

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Período da Manhã:

Segunda, Quarta e Sábado (*) das 09h00 às 10h00

Período da Tarde

Segunda e Quarta das 14h00 às 15h00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



(*) Treinamento, demais horários: iniciação

DO DESEMBOLSO FINANCEIRO

Despesas com o salário do Professor responsável

R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais.

VALOR TOTAL DO CONVENIO DE ATÉ: R\$ 2.800,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS), POR ANO.



princípio do contraditório e ampla defesa e decidirá sempre de forma fundamentada (art. 57 do C.C.)

Parágrafo único – No caso de exclusão pela Diretoria, caberá recurso no prazo de 8 (oito) dias contados da data da intimação, a ser apreciada pela assembleia geral.

Da Demissão do Associado

Artigo 10º - É direito do associado desmitir-se do quadro social quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Secretaria da Associação, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.

Da Aplicação das Penas

Artigo 11 – As penas serão aplicadas pela Diretoria Executiva e poderão constituir-se em:

- I. Advertência por escrito;
- II. Eliminação do quadro social

CAPÍTULO III DAS FONTES E RECURSOS PARA A MANUTENÇÃO

Artigo 12 - São recursos da ASTRI:

- I. Fundos provenientes de convênios, parcerias, contratos de gestão com entidades do desporto, da educação, da saúde e da assistência social, inclusive com o poder público, visando os fins da entidade;
- II. Captar junto a iniciativa privada, advindos de incentivos fiscais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- III. Doações e legados;
- IV. Rendas eventuais de promoções e patrocínios;
- V. Fundos provenientes da administração a exploração do nome, apelido desportivo, voz e imagem dos atletas contratados assim como nome, marca, símbolo e imagem da entidade;

Artigo 13 – A ASTRI não distribuirá dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma e pretexto.

Artigo 14 - O exercício social compreenderá o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.



Artigo 15 - A ASTRI aplicará integralmente suas rendas, dividendos, bonificações, participações e recursos no desenvolvimento dos objetivos institucionais a que se destina.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 16 - A ASTRI será administrada por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal;

Artigo 17 - A ASTRI remunerará os dirigentes que efetivamente atuem na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde está sediada.

Parágrafo único - A decisão, quanto a remuneração dos dirigentes que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que prestam serviços específicos a entidade, deverá ser apreciada pela Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim.

Da Assembleia Geral:

Artigo 18 - Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger a Diretoria e membros do Conselho Fiscal;
- II. Destituir os administradores;
- III. Apreciar pedidos de admissão e exclusão de associados, conforme reza o presente estatuto;
- IV. Apreciar recursos contra decisões da Diretoria;
- V. Decidir sobre a reforma do Estatuto;
- VI. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII. Decidir sobre a extinção da entidade, nos termos presente neste estatuto;
- VIII. Aprovar as contas anualmente;
- IX. Aprovar o regimento interno;
- X. Aprovar a implantação de projetos e programas;
- XI. Decidir quanto à remuneração dos dirigentes que efetivamente atuem na gestão executiva da entidade e daqueles que lhe prestem serviços específicos.



Artigo 19 - A Assembléia Geral realizar-se-á ordinariamente, com convocação do presidente:

- I. No primeiro trimestre de cada ano para:
 - a) Apreciar o relatório anual da Diretoria;
 - b) Discutir e homologar as contas e o balanço anual;
 - c) Discutir e aprovar a proposta de prorrogação financeira e orçamentária anual.

Artigo 20 - A Assembléia Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

- I. Pelo Presidente;
- II. Pela Diretoria;
- III. Para apreciar admissão de novos associados;
- IV. Por requerimento dirigido ao presente por 2/3 (dois terços) dos associados contribuintes adimplentes;
- V. A pedido do Conselho Fiscal, dirigido ao Presidente da ASTRI

Artigo 21 - A Assembléia Geral será convocada para fins determinados por meio de edital afixado na sede da entidade, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 07 (sete) dias.

Parágrafo primeiro: As Assembléias instalar-se-ão em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número de associados.

Parágrafo segundo: As deliberações serão tomadas necessariamente e sempre pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

- I. Alienar, hipotecar ou dar em caução ou penhora bens da entidade;
- II. Extinguir a entidade e nomear liquidante;
- III. Reformar parcial ou totalmente o presente estatuto.

Parágrafo terceiro: Quando a Assembleia Geral for solicitada pelos associados, as deliberações tomadas só serão válidas se o número de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação.

Parágrafo quarto: Nos demais casos, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos associados presentes.



Artigo 22 Na Assembleia Geral serão tratados os assuntos constantes da convocação, cabendo a presidência da Assembleia ao Presidente da entidade.

Parágrafo único As deliberações serão tomadas por meio de votos, podendo ser adotados sistemas de aclamação, votação ou escrutínio secreto sob anuência da Assembleia Geral.

Da Diretoria

Artigo 23 - A Diretoria, órgão executor e administrativo da entidade, será composta de um Presidente e um Vice-Presidente, 1º e 2º Secretário, 1º 2º Tesoureiro, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro - A eleição dos membros da Diretoria será feita a cada 03 (três) anos, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, no mês da fundação, cujas chapas deverão estar registradas na secretaria da entidade até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato da Diretoria em exercício.

Parágrafo segundo - Em caso de conveniência única de recondução ao cargo de Presidente, esta terá a duração de no máximo de 03 (três) anos. Após este período será permitida a candidatura a outros cargos ou funções.

Artigo 24 - Não poderão ser eleitos para os cargos de diretoria da entidade os associados que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto a órgãos do Poder Público, exceto para a função no Conselho Fiscal.

Artigo 25 - Compete à Diretoria:

- I. Administrar a entidade;
- II. Cumprir e fazer cumprir rigorosamente o estatuto, o regimento interno e as decisões da Assembleia Geral;
- III. Elaborar e assegurar a execução do programa anual de atividades;
- IV. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- V. Nomear comissões especiais e pertinentes, grupos de trabalho, convocando para integrá-los membros da Diretoria ou do quadro de associados;
- VI. Submeter à Assembleia Geral a proposta de programação anual da entidade;
- VII. Submeter à Assembleia Geral o pedido de admissão para o ingresso no quadro associativo e funcionários;
- VIII. Autorizar a obtenção de emoréstimos e a celebração de contratos.



- IX. Firmar parcerias com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum
- X. Contratar e demitir funcionários;
- XI. Convocar Assembleia Geral.

Artigo 25 - A Diretoria reunir-se-á:

- I. Ordinariamente uma vez por mês;
- II. Extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo primeiro - As convocações serão feitas pelo presidente ou pela maioria da diretoria.

Parágrafo segundo - Das reuniões lavrar-se-á ata em livro próprio.

Artigo 26 - Compete ao Presidente:

- I. zelar com dedicação pelo bom andamento, ordem e prosperidade da **ASTRI**;
- II. representar a **ASTRI** ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- III. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- IV. convocar e presidir a Assembleia Geral;
- V. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- VI. admitir e demitir os empregados e prestadores de serviço da entidade, quando for necessário, observado o disposto no inciso XI do artigo 22 deste estatuto;
- VII. nomear os diretores dos departamentos existentes ou que forem criados, para melhorar o desempenho e a coordenação dos trabalhos e atividades desenvolvidas pela **ASTRI**;
- VIII. autorizar a execução dos planos de trabalho aprovados pela Diretoria;
- IX. assinar, com o primeiro tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamentos e títulos que representem obrigações financeiras da entidade;
- X. juntamente com o vice-presidente:
 - a) autorizar a movimentação de fundos da **ASTRI**, abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las;
 - b) contrair empréstimos;
 - c) celebrar contratos de interesse da **ASTRI**.
- XI. juntamente com o vice-presidente e com a expressa autorização da Assembleia Geral:
 - a) adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerados;
 - b) alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens da entidade



Artigo 27 - Compete ao Vice Presidente

- I. auxiliar o Presidente e substituí-lo em seus impedimentos ou por delegação de poderes;
- II. juntamente com o presidente:
 - a) autorizar a movimentação de fundos da ASTRI, abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las;
 - b) contrair empréstimos;
 - c) celebrar contratos de interesse da ASTRI.
- III. juntamente com o presidente e com a expressa autorização da Assembleia Geral
 - a) adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerados;
 - b) alienar, hipotecar, dar em caução ou permuta bens da entidade.

Artigo 28 - Compete ao 1º Secretário:

- I. superintender, organizar e dirigir os serviços da secretaria;
- II. ter sob sua guarda livros e arquivos relacionados às suas atribuições;
- III. secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir atas;
- IV. publicar todas as notícias das atividades do ASTRI;
- V. responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos sociais, esclarecimentos e relações públicas, mantendo contato e intercâmbio com órgãos de imprensa e comunicação

Artigo 29 – Compete ao 2º Secretário:

- I- substituir o 1º Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II- assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III- prestar de modo geral, sua colaboração ao 1º Secretário

Artigo 30 - Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. superintender, organizar e dirigir os serviços de tesouraria, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentária da entidade;
- II. arrecadar a receita e efetuar o pagamento das despesas;
- III. dirigir e fiscalizar a contabilidade, zelando para que seja feita de forma legal e dentro dos princípios dessa administração, e ter sob sua guarda os livros e documentos necessários para esses fins;
- IV. apresentar, mensalmente à Diretoria o balanço do movimento da receita e despesas do mês anterior;
- V. guardar, sob sua responsabilidade, todos os valores em moeda ou títulos pertencentes a entidade.



Artigo 31 – Compete ao 2º Tesoureiro:

- IV - substituir o 1º Tesoureiro em suas faltas ou impedimentos;
- V - assumir o mandato, em caso de vacância até o seu término;
- VI - prestar, de modo geral, sua colaboração ao 1º Tesoureiro

Artigo 32 - No caso de vacância de um ou mais cargos de diretoria, os substitutos serão escolhidos pela Assembleia Geral, por maioria simples de votos, e exercerão suas funções até o término do mandato da diretoria.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO FISCAL

Artigo 33 - O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da gestão financeira da Diretoria, compõem de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral entre os associados

Parágrafo Primeiro - O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o mandato da Diretoria, sendo os cargos exercidos gratuitamente.

Parágrafo Segundo - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até seu término.

Artigo 34 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os livros contábeis e demais documentos relativos a escrituras;
- II. verificar o estado do caixa e os valores em depósito;
- III. apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV. examinar o relatório da Diretoria e o balanço anual, emitindo parecer para aprovação da Assembleia Geral;
- V. expor à Assembleia Geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo as medidas necessárias ao seu saneamento;
- VI. convocar extraordinariamente a Assembleia Geral e os membros da Diretoria.

Parágrafo único - As contas da Diretoria cujo mandato se encerra, serão obtidas de pareceres do Conselho Fiscal cujo mandato vence na mesma ocasião, mesmo que isso ocorra no primeiro trimestre seguinte.



Artigo 35 - A ASTRI não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Artigo 36 - A ASTRI adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes para cobrir a obtenção individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios.

Artigo 37 - Sem prejuízo das atividades de cada organismo social, no caso de celebração de Termo de Parceria ou Contrato de Gestão com ente público (art. 9º da Lei 9.790/99), o Conselho de Políticas Públicas pertinente terá, necessariamente, assento na Diretoria e na Assembleia Geral, com direito a uma só voz, e, no Conselho Fiscal, com direito a voz e voto.

CAPÍTULO V DO PATRIMÔNIO

Artigo 38 - O Patrimônio da ASTRI compor-se-á dos bens móveis e imóveis a ela pertencentes, ou que vierem a ser adquiridos por compra, doação ou legado, contribuição, donativos, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo ou natureza.

Parágrafo primeiro: A ASTRI não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Parágrafo segundo: Todos os bens, rendas, recursos e eventuais resultados operacionais serão aplicados integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais.

Parágrafo terceiro: As subvenções e doações recebidas serão integralmente aplicadas nas finalidades às quais estejam vinculadas.

Parágrafo quarto: Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados no município em que a ASTRI tem sua sede, ou, no caso de haver unidades prestadoras a ela vinculadas no âmbito do estado concessor.

Parágrafo quinto: A entidade não constitui patrimônio exclusivo de um grupo determinado de pessoas, familiares, entidades de classe ou de sociedade sem caráter beneficente de assistência social.

Artigo 39 - No caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei Federal 9.790/99, que tenha, preferencialmente, o mesmo objetivo social e os membros e não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais.



Artigo 40 - Na hipótese da entidade obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei Federal 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei e que tenha, preferencialmente, o mesmo objetivo social.

CAPÍTULO VI DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Artigo 41 - A prestação de contas da entidade observará as seguintes normas:

- I. os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. a publicidade, em qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, o relatório de atividades e as demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- III. a realização de auditoria inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos, do Terno de Parcelas, conforme previsto em regulamento;
- IV. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita conforme determina o parágrafo único do artigo 73 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 42 - O exercício financeiro coincide com o ano civil.

Artigo 43 - O presente estatuto poderá ser reformado nos termos do art. 19, parágrafo segundo, do presente estatuto (parágrafo único, art. 59 do C.C.), e entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Pessoas Jurídicas da Cidade e Comarca de São Carlos - SP.

Artigo 44 - Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referenciados pela Assembleia Geral.

Artigo 45 - A ASTRI será dissolvida por decisão de Assembleia Geral extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.



Artigo 46 - Em caso de dissolução ou extinção, a entidade destinará o eventual patrimônio remanescente à entidade com fins congêneres, dotadas de personalidade jurídica, com sede e atividades preponderantes no estado de São Paulo preferencialmente no município de origem, e, inexistindo estas, a uma entidade pública, conforme decidir a Assembleia Geral.

São Carlos, 26 de março de 2008

Antônio Carlos M do Amaral
Presidente

Pedro Luciano Colenci
OAB/SP nº 217.371

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE 26/03/2008
OAB/SP nº 217.371
Avenida Paulista, 1500 - 15º andar - São Paulo - SP
SEMI-REUNIAO, com a presença de: Antônio Carlos M do Amaral
(Presidente) - Antônio Carlos M do Amaral
São Carlos, 26/03/2008 - 14h30
Em Teor: Na Verdade
PEL ADELE RICARDO RAMOS DE SOUZA
Lugar e Data: São Carlos, 26/03/2008

Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica
Comarca de São Carlos - São Paulo

Rua Cândido de Faria, 140 - Centro - Fone: (41) 3333-1000
Antônio Carlos M do Amaral - Oficial

Fls. 001 de 001 - 001/2008 - em 29/05/2008 L. A-10
AVERBAÇÃO nº 3 em 12/05/2008

Item	Descrição	Valor	Total
1	Emenda	54,66	54,66
2	Emenda	0,00	0,00
3	Emenda	0,00	0,00

São Carlos, 26/03/2008
Assinado: Antônio Carlos M do Amaral



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO
SUDESTE DE TRIATHLON – ASTRI**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março de 2008, no novo endereço da Associação, qual seja na Avenida São Carlos, 2505, sala 17/18, Centro, CEP: 13560-011, na cidade e comarca de São Carlos, estado de São Paulo, reuniram-se os associados da entidade, convocados que foram previamente. Aberta a sessão, depois de conferidas as presenças conforme preceito do estatuto social. A seguir o atual presidente o Sr. Antonio Carlos Moreira do Amaral, brasileiro, casado, professor, com RG sob n.º 16.625.885, e CPF/MF sob n.º 473.196.956-68, expôs a necessidade de alterar o estatuto, embora nada venha a ser modificado no espírito que norteia os trabalhos e atividades da entidade, inspirados que foram nos sentimentos de seus criadores. Ressaltou a necessidade de adequá-lo às exigências legais do novo Código Civil Brasileiro, Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002, bem como em conformidade com a Lei Federal nº 9790/99, que qualifica as entidades como Organizações das Sociedades Civil de Interesse Público (OSCIP), ademais o prazo da atual diretoria estava se inspirando, tendo que ser eleita nova diretoria. A alteração estatutária foi realizada por advogado especialista na matéria, que autografou o novo estatuto da entidade. Dita alteração contribuirá para a entidade de prática desportiva pleitear inscrições, registros e benefícios em órgãos públicos, igualmente a captação de recursos junto a iniciativa privada. O estatuto foi reformado tecnicamente, sendo necessária a adequação do novo endereço, corrigir o nome da entidade que no estatuto anterior está com escrito Triathlon e o correto seria Triathlon, invertendo as letras "h" pela "i", desta forma a entidade passará a ser chamada de **ASSOCIAÇÃO SUDESTE DE TRIATHLON**. Todos os itens foram discutidos e por unanimidade aprovados, dando a assembleia a sua competência para que a ASTRI passe agora a ser dirigida em novo endereço e com corrigido o equívoco de grafia. Após, por escrutínio, passou-se à eleição da nova Diretoria e do Conselho Fiscal. Feita a eleição e contados os votos, ficando constituída a diretoria e o conselho fiscal para o mandato de 03 anos, iniciando-se em março de 2008 e terminando em março de 2011, para os seguintes cargos, da diretoria: **Presidente, Vice – Presidente, 1º e 2º Secretários e 1º e 2º Tesoureiros**. Do conselho fiscal: **3 (Três) Conselheiros Titulares e 3 (Três) Suplentes**. Feita eleição e contados os votos, ficou assim constituída a mesma diretoria anteriormente e mudando dois membros do Conselho Fiscal da entidade. **Diretoria: Presidente: Antonio Carlos Moreira do Amaral**, brasileiro, casado, professor, portador do RG nº 16.559.966 SSP – SP e do CPF 473.196.956-68, residente e domiciliado na Rua Thomaz Antonio Cruzaga, 385, Arnold Schmitt, São Carlos/SP. **Vice – Presidente: Luciano dos Santos Amaral**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da RG nº 11.367.636 SSP/SP e do CPF 257.268.968, residente e domiciliado na Rua Pedro Fernandez Alonso, 600, Santa Felicia, São Carlos/SP. **1º Secretário: Mauricio Guillaumon Emmet**, brasileiro, solteiro, professor, com RG nº 27.733.435-4 e CPF nº 257.268.968-58, residente e domiciliado na Rua Pedro Fernandez Alonso, nº 600, Santa Felicia, na cidade de



São Carlos – SP. 2º Secretário: Reinaldo Colucci, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG 34 080 428-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 323 921 088-62 residente e domiciliado na Alameda das Hortências, 126, Cidade Jardim - São Carlos - SP. 1º Tesoureiro: Ailciane Diederich M. do Amaral, brasileira, casada, gerente financeira, portadora do RG nº 19 605 885 SSP – SP e do CPF 670 731 316-91 residente a Rua Thomaz Antonio Gonzaga nº 385, Arnold Shimilhi, na cidade de São Carlos/SP; 2º Tesoureiro: Roberto Magno Moreira do Amaral, brasileiro, casado, gerente comercial, com RG nº 3.924 867 e CPF nº 521 707 055-00, residente e domiciliado na Rua Antonio Martinez Carneira, nº 301, Boa Vista, na cidade de São Carlos – SP. Conselho Fiscal: Membros Titulares: Lucélia Cristina Gabriel Ferreira, brasileira, casada, estudante, com Rg 23 221 370-7 e CPF 216 189 838-81 residente e domiciliada na Rua Jose Quatrochi 775, bairro Amon de Melo, cidade de São Carlos/SP; Felipe Talarico Gonçalves Rosa, brasileiro, solteiro, estudante, com RG sob o nº 29 953 053-X e CPF/MF sob o nº 317 635 358-70, residente e domiciliado na Rua Nestor de Campos, nº 435, planalto Paraíso, na cidade de São Carlos – SP. Sílvia Helena Fusco, brasileira, solteira, atleta, com RG nº 26 527 331-6 e CPF/MF nº 268 217 778-61, residente e domiciliada na Alameda dos Crisântemos, 272, Apto 13, Cidade Jardim, na cidade de São Carlos. Membros Suplentes: Juliana Maria de Araújo, brasileira, solteira, Bacharel em Educação Física, com Rg 25 120 029-2 e CPF 252 528 468-20, residente na Rua Campos Salles, 107, Vila Monteiro, cidade de São Carlos. Michele Rocha, brasileira, solteira, estudante, portadora do RG nº 32.625.324-5 SSP – SP e do CPF 281.911.258-70, residente na Rua Miguel Alves, 61, apto. 02, Cidade Jardim, São Carlos/SP. Henrique Siqueira de Oliveira, brasileiro, solteiro, estudante, portador do RG nº 2 058 546 SSP/SP e do CPF 723 828 211-91, residente na Alameda das Gazardéias, 662, Cidade Jardim, São Carlos/SP. Nesta mesma data foi dada a posse à Diretoria para um mandato de (03) três anos, iniciando-se em 26 de março de 2008, com término em 26 de março de 2011. Nada mais tendo a tratar, foi interrompida a reunião para a leitura da presente Ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Presidente e advogado que fez as modificações necessárias. Passa a fazer parte integrante da presente ata. Nada mais a tratar, o presidente agradeceu as presenças e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada, lida e discutida e aprovada a presente ata.

São Carlos (SP) 26 de março de 2008.

Antônio Carlos Moreira do Amaral
Presidente

Pedro Luciano Colenci
OAB/SP 217.371

Valido somente com cota de autenticidade - Requerimento PGR

SEMELHANÇA, sem valor reconhecido, por (transcrição) de

[92330003]-ARTIGO CARLOS MOREIRA DO AMARAL

Ata nº 11, de 2008 - 11. M. Y.

Em 11 de 11 de 2008 - Da Verdade

SILVIA ANDRE RICARDO ZAMBON - JUSAVESTE

Cartão de Emenda - 11. M. Y.



A CAIXA | SEU DE ATENDIMENTO | CINDOBA | 003993

Produtos e Serviços



* Ajuda

Home | SERVIÇOS AO CIDADÃO | FGTS
Empresa | Consulta Regularidade do
Empregador | Situação de Regularidade do
Empregador

:: Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está
REGULAR perante o FGTS:

Inscrição: 07425347/0001-25
Razão Social: ASSOCIAÇÃO SUDESTE DE
TRIATLHON

Resultado da consulta em 21/07/2008 às
10:07:01

Obtenha o Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF

Consulte o Histórico do Empregador

« Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins
previstos em lei deve ser precedido de
verificação de autenticidade no site da
Caixa: **www.caixa.gov.br**

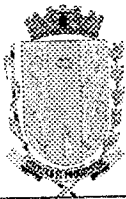


Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 07.425.347/0001-25 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet. Para análise específica do caso, dirija-se à unidade da RFB de seu domicílio. Para maiores esclarecimentos, consulte a página Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB. Caso o contribuinte possua Certificado Digital e-CPF ou e-CNPJ, poderá consultar sua situação fiscal por meio do Centro Virtual de Atendimento e-CAC.

[Nova Consulta](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1662 - Fone/Fax: (19) 3561.2811

Estado de São Paulo

E-mail: camara@pirassununga.sp.gov.br

Site: www.pirassununga.sp.gov.br

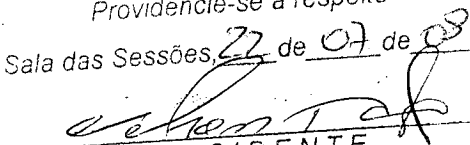


APROVADO

Providencie-se a respeito

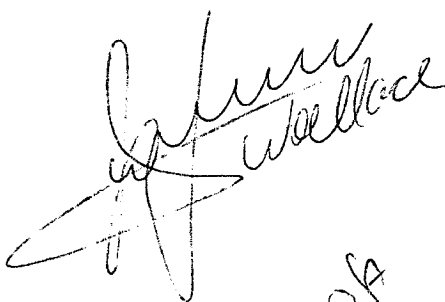
Sala das Sessões, 22 de 07 de 08

REQUERIMENTO
Nº 499/2008

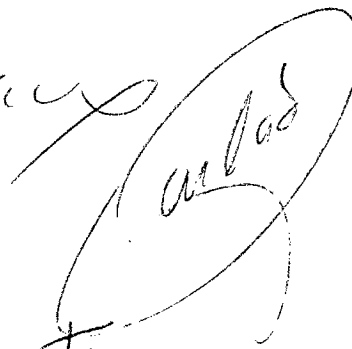

PRESIDENTE

REQUEIRO à Mesa, pelos meios regimentais, seja apreciado sob **regime de urgência**, nos trabalhos da presente sessão, **o Projeto de Lei nº 71/2008**, de autoria do Executivo Municipal, que visa **autorizar o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga**.

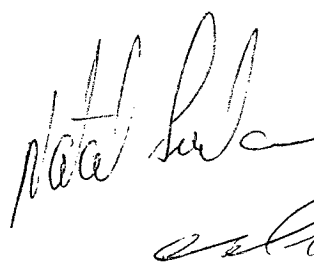
Sala das Sessões, 22 de julho de 2008.

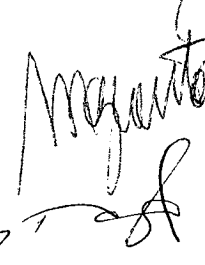

Valmir Rosa


Dr. Edgar Saggioratto
Vereador


Carlos

Valmir Rosa


Nêda Lúcia


Magalhães



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Estado de São Paulo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



- LEI Nº 3.741, DE 31 DE JULHO DE 2008 -

“Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga”.....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a **Associação Sudeste de Triathlon**, com sede à Rua Thomaz Antonio Gonzaga, nº 385, Arnold Schimith, São Carlos - SP, inscrita no CNPJ sob nº 07.425.347/0001-25, para transferência de recursos, no presente exercício, na ordem de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Esportes, rubrica 11.01 27.812.3007.2330-33.90.39.00, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 31 de julho de 2008.

- ADEMIR ALVES LINDO -
Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.


JORGE LUIS LOURENÇO.

Secretário Municipal de Administração.

thzop/.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 84, DE 18 DE JUNHO DE 2008

"Visa a regularização de lotes em desacordo com o previsto na Lei Complementar nº 75, de 28 de dezembro de 2006".....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Pirassununga poderá regularizar o desdobro de lotes com até a área mínima de 125,00 metros quadrados, com a testada mínima de 5,00 metros.

Art. 2º Para aprovação do desdobro de lotes na forma do artigo anterior, torna-se indispensável:

I - comprovar por meio hábil, que os desdobros já haviam se configurado, de fato, até a promulgação desta Lei;

II - que a construção esteja individualizada e dentro dos padrões de ventilação e iluminação, conforme Código Sanitário Estadual;

III - seja apresentada planta de tal subdivisão, regularizando a construção existente, com a situação do lote em relação à quadra e a sua distância à esquina mais próxima, com a indicação das construções existentes.

Art. 3º Nos casos previstos nesta Lei deverão ser obedecidas todas as exigências contidas na supra mencionada Lei Complementar nº 75, de 28 de dezembro de 2006, Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2006 e Lei Federal nº 6.766/79, com alterações, no que couber.

Art. 4º As solicitações de regularização de que trata a presente Lei Complementar, deverão ser promovidas no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da promulgação desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 18 de junho de 2008.

Ademir Alves Lindo

Prefeito Municipal

Jorge Luis Lourenço

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 3.741, DE 31 DE JULHO DE 2008

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga".....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Associação Sudeste de Triathlon, com sede à Rua Thomaz Antonio Gonzaga, nº 385, Arnold Schimith, São Carlos - SP, inscrita no CNPJ sob nº 07.42.5.347/0001-25, para transferência de recursos, no presente exercício, na ordem de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais), objetivando dar continuidade ao Projeto DAMHA TRIATHLON KIDS/Escolinha de Triathlon de Pirassununga.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Esportes, rubrica 11.01 27.812.3007.2330-33.90.39.00, ficando o Poder Executivo autorizado a suplementá-las, se necessário, por Decreto, nos termos do Artigo 43, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pirassununga, 31 de julho de 2008.

Ademir Alves Lindo

Prefeito Municipal

Jorge Luis Lourenço

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 3.742, DE 31 DE JULHO DE 2008

"Estabelece as diretrizes a serem observadas na elaboração da lei orçamentária do Município para o exercício de 2009 e dá outras providências.".....

A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Esta Lei estabelece as metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2009, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

§ 1º As diretrizes, metas e prioridades constantes do Plano Plurianual e desta Lei considerar-se-ão modificadas por leis posteriores e pelos créditos adicionais abertos.

§ 2º Dispõe esta Lei, dentre outras matérias, também sobre o equilíbrio das finanças públicas e critérios e forma de limitação de empenho, sobre o controle de custo e avaliação dos resultados dos programas, sobre condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas, sobre a autorização referida no art. 169, § 1º, da Constituição, e compreende os anexos de que tratam os §§ 1º a 3º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício de 2009, observado o disposto no caput do art. 7º, deve procurar atingir e observar na elaboração e na execução da lei orçamentária são as especificadas no Anexo 3 (metas e prioridades), as quais terão precedência na alocação de recursos, não se constituindo em limite à programação das despesas.

Art. 3º As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2009 são as estabelecidas no Anexo 1 (Metas Fiscais), integrante desta Lei, desdobrado em:

I - Tabela 1: Metas anuais;

II - Tabela 2: Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

III - Tabela 3: Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Tabela 4: Evolução do patrimônio líquido;

V - Tabela 5: Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

VI - Tabela 6: Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

VII - Tabela 7: Projeção atuarial do RPPS;

VIII - Tabela 8: Estimativa e compensação da renúncia de receita;

IX - Tabela 9: Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Art. 4º Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo 2 (Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências), onde são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais, possíveis obrigações presentes cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do Município.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária para 2009 será elaborado com observância das determinações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar nº 101/2000, das Portarias e dos demais atos dos órgãos competentes do Governo Federal e do disposto nesta Lei.

Parágrafo único. As informações gerenciais e as fontes financeiras agregadas nos créditos orçamentários serão ajustadas diretamente pelos órgãos contábeis do Executivo e do Legislativo para atender às necessidades da execução orçamentária.

Art. 6º A Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia de 31 de agosto de 2008.

§ 1º O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta (30) dias antes do prazo fixado no caput, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2009, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Os créditos adicionais suplementares que envolvam só anulação de dotações do Legislativo, serão abertos por Decreto do Executivo, se houver autorização legislativa, no prazo de até três dias úteis contados da solicitação daquele Poder.

Art. 7º Na elaboração da lei orçamentária e em sua execução, a Administração buscará o equilíbrio das finanças públicas considerando, sempre, ao lado da situação financeira, o cumprimento das vinculações constitucionais.